

Capital Europeia da Cultura

O Parlamento Europeu (PE) aprovou a lista dos **países que vão acolher as capitais europeias da cultura de 2020 a 2033**. A decisão, já acordada entre o PE e o Conselho, prevê que, no ano de 2027, o título seja atribuído a uma cidade em Portugal e a outra na Letónia.

ver pág. 4

Plano Juncker

O Deputado **José Manuel Fernandes** disse: *“É também importante e essencial termos uma melhor distribuição geográfica, um melhor equilíbrio geográfico, no que diz respeito aos projetos”*.

ver pág. 10

Fim do Roaming

O presidente do PE, Antonio Tajani, falou na sessão plenária em Estrasburgo sobre a entrada em vigor da lei da UE que **acaba com as tarifas de roaming** para chamadas telefónicas.

ver pág. 12

em destaque:

Clima: Metas para a redução das emissões na UE

Os eurodeputados votaram uma proposta legislativa que visa **implementar os compromissos decorrentes do Acordo de Paris** sobre o **combate às alterações climáticas**.

A proposta de regulamento estabelece **metas vinculativas** para a **redução das emissões de gases com efeito de estufa** pelos Estados-Membros, englobando os setores não abrangidos pelo regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE-UE), como os transportes, os resíduos, os edifícios e a agricultura. Estes setores representam cerca de 60% das emissões de gases com efeito de estufa da União.

Os objetivos nacionais de redução das emissões foram fixados sobretudo com base no PIB per capita, com vista a garantir a equidade, variando entre 0% na Bulgária e -40% no Luxemburgo e na Suécia. Em relação a Portugal, o objetivo de redução foi fixado em -17% em 2030, em comparação com 2005.

(...)

No debate realizado esta manhã sobre a decisão do Presidente norte-americano, Donald Trump, de retirar os EUA do Acordo de Paris, o presidente do PE, **Antonio Tajani**, disse: *“As alterações climáticas são um dos desafios mais prementes que enfrentamos a nível global. Dito de forma simples: a decisão da administração norte-americana é um erro. Devemos trabalhar em conjunto com outras nações do mundo para que os nossos cidadãos possam beneficiar de um planeta mais seguro e mais limpo”*.

Carlos Coelho afirmou: *“a transição para as energias limpas exige mudanças no comportamento dos investidores e incentivos em todo o espectro da ação política. É uma das principais prioridades da União criar uma União da Energia resiliente, capaz de fornecer energia segura, sustentável, competitiva e a preços acessíveis aos seus cidadãos”*.

ver pág.6

Índice

Minuto de silêncio pelas vítimas dos ataques terroristas em Londres e Teerão.....	3
Parlamento Europeu aprova rotulagem energética de A a G mais clara para os consumidores.....	3
Portugal vai acolher Capital Europeia da Cultura em 2027.....	4
Clima: Parlamento Europeu aprova metas para redução das emissões na UE...6	
Economia colaborativa: Parlamento Europeu quer orientações claras da UE....8	
Eurodeputados apelam a uma melhor distribuição geográfica do Plano Juncker.....	10
Presidente Tajani: "Hoje assinala-se o fim das tarifas de roaming na UE".....	12
Ordem da sessão.....	13

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Minuto de silêncio pelas vítimas dos ataques terroristas em Londres e Teerão

O Parlamento Europeu respeitou hoje, na abertura da sessão plenária, um minuto de silêncio pelas vítimas dos últimos atentados terroristas em Londres e em Teerão.

O presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, condenou os recentes ataques terroristas, salientando que *“a força da liberdade e da democracia não se verga perante o terrorismo”*.

Tajani manifestou também a sua preocupação com a detenção do advogado e presidente da Amnistia Internacional na Turquia, Taner Kilic, solicitando às autoridades turcas a sua libertação. O presidente expressou ainda a sua apreensão face à detenção do ativista russo Alexei Navalny e dos seus apoiantes. *“O Parlamento Europeu está sempre do lado dos que defendem os direitos humanos”*, disse.

Parlamento Europeu aprova rotulagem energética de A a G mais clara para os consumidores

O Parlamento Europeu aprovou legislação que visa clarificar a rotulagem energética dos produtos, como máquinas de lavar roupa, televisões e frigoríficos.

As novas regras determinam a introdução de uma escala homogénea de A a G que substitua a proliferação de A+, A++ e A+++. O objetivo é ajudar os consumidores a fazer escolhas mais informadas e a poupar energia, bem como promover a inovação e o fabrico de produtos mais eficientes do ponto de vista energético. Os primeiros rótulos deste tipo poderão ser vistos nas lojas a partir de finais de 2019.

A nova legislação estabelece um procedimento de reescalamento dos rótulos com base na evolução tecnológica. Este será desencadeado quando 30% das unidades de modelos pertencentes a um grupo de produtos vendidos no mercado europeu esteja na classe A ou quando 50% pertencer às duas classes de eficiência energética de topo (A e B).

Melhorar a eficiência dos produtos *“reduz a procura de energia e gera poupanças na fatura de energia dos clientes, contribui para a inovação e o investimento na eficiência energética e possibilita que as indústrias que desenvolvem e fabricam os produtos mais eficientes do ponto de vista energético ganhem uma vantagem concorrencial”*, diz o texto aprovado em plenário.

“Tal contribui também para alcançar as metas da União para 2020 e 2030 em matéria de eficiência energética, bem como os objetivos da União em matéria de ambiente e de alterações climáticas”, acrescenta.

Base de dados e campanhas de informação

A base de dados dos produtos abrangidos por requisitos de rotulagem energética estará operacional a partir de janeiro de 2019, permitindo às autoridades nacionais de fiscalização

do mercado impor o cumprimento dos requisitos de rotulagem e garantir que os cálculos de eficiência subjacentes ao rótulo correspondem aos cálculos declarados pelos fabricantes.

Esta base de dados será composta por uma parte pública orientada para os consumidores, fornecendo-lhes informações sobre os produtos colocados no mercado e as suas etiquetas energéticas e fichas de informação do produto.

O regulamento, aprovado por 535 votos a favor, 46 contra e 79 abstenções, contém também regras sobre campanhas de informação aos consumidores e incentivos nacionais para promover as classes de eficiência mais elevadas.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“Desde a sua criação, o rótulo permitiu que os cidadãos tivessem um conhecimento mais aprofundado do impacto ambiental e do ciclo de vida dos produtos. A Avaliação da Directiva 2010/30/CE identificou vários défices que, se forem colmatados, podem resultar numa importante e acrescida poupança energética.*

As novas regras determinam a introdução de uma escala homogénea de A a G que substitua a proliferação de A+, A++ e A+++. O objetivo é ajudar os consumidores a fazer escolhas mais informadas e a poupar energia, bem como promover a inovação e o fabrico de produtos mais eficientes do ponto de vista energético. Por outro lado, as novas regras contribuem também para alcançar as metas da União para 2020 e 2030 em matéria de eficiência energética, bem como os objectivos da União em matéria de ambiente e de alterações climáticas.

Em 2019 estará operacional a base de dados dos produtos abrangidos por requisitos de rotulagem, o que permitirá às autoridades nacionais de fiscalização do mercado impor o cumprimento de requisitos de rotulagem e garantir que os cálculos de eficiência subjacentes ao rótulo correspondem aos cálculos declarados pelos fabricantes”.

Portugal vai acolher Capital Europeia da Cultura em 2027

O Parlamento Europeu (PE) aprovou a lista dos países que vão acolher as capitais europeias da cultura de 2020 a 2033.

A decisão, já acordada entre o PE e o Conselho, prevê que, no ano de 2027, o título seja atribuído a uma cidade em Portugal e a outra na Letónia.

Os concursos para a atribuição do título de Capital Europeia da Cultura começam seis anos antes do ano do título, com a publicação de convites à apresentação de candidaturas pela autoridade nacional competente.

A Suíça, o Liechtenstein, a Noruega e a Islândia (países da Associação Europeia de Comércio Livre que são partes no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu - países EFTA/EEE) vão passar a poder participar no concurso uma vez em cada três anos, como acontece com os países candidatos e potenciais candidatos à UE.

Lançada em 1985, a Capital Europeia da Cultura é uma das iniciativas culturais de maior destaque na Europa. As cidades são selecionadas com base num programa cultural que deve ter uma forte dimensão europeia, fomentar a participação e o envolvimento ativo dos habitantes e contribuir para o desenvolvimento a longo prazo da cidade. Trata-se também de uma oportunidade para as cidades atraírem mais turistas e repensarem o seu desenvolvimento pela via da cultura.

Depois de Aarhus (Dinamarca) e Pafos (Chipre), em 2017, as próximas capitais europeias da cultura serão Valeta (Malta) e Leeuwarden (Países Baixos) em 2018, Plovdiv (Bulgária) e Matera (Itália) em 2019 e Rijeka (Croácia) e Galway (Irlanda) em 2020.

Portugal acolheu a Capital Europeia da Cultura em 1994 (Lisboa), em 2001 (Porto) e em 2012 (Guimarães).

Calendário

2020	Croácia	Irlanda	
2021	Roménia	Grécia	País candidato ou potencial candidato
2022	Lituânia	Luxemburgo	
2023	Hungria	Reino Unido	
2024	Estónia	Áustria	País EFTA/EEE, país candidato ou potencial candidato
2025	Eslovénia	Alemanha	
2026	Eslováquia	Finlândia	
2027	Letónia	Portugal	
2028	República Checa	França	País EFTA/EEE, país candidato ou potencial candidato
2029	Polónia	Suécia	
2030	Chipre	Bélgica	País EFTA/EEE, país candidato ou potencial candidato
2031	Malta	Espanha	
2032	Bulgária	Dinamarca	
2033	Países Baixos	Itália	País EFTA/EEE, país candidato ou potencial candidato

A decisão foi aprovada em plenário por 606 votos a favor, 54 contra e seis abstenções.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) “A Acção “Capitais Europeias da Cultura” está regulada pela Decisão nº 445/2014/UE para os títulos de 2020 a 2033.

Esta decisão alarga a Acção aos países candidatos e potenciais candidatos à adesão à UE, na condição de participarem no programa Europa Criativa ou em programas subsequentes da União de apoio à cultura, podendo o título de Capital Europeia da Cultura ser atribuído a cidades desses países.

Todavia, esta decisão não inclui os Países da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA/EEE) que são partes no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, não sendo, por isso possível, atribuir o título de CEC às cidades desses países.

Apoio o presente relatório que tem por objectivo alterar a Decisão nº 445/2014/UE a fim de permitir às cidades dos Países EFTA/EEE que participam no programa Europa criativa ou nos programas subsequentes da União de apoio à cultura, candidatar-se ao título de CEC. Com esta alteração reforçamos as relações culturais entre a União Europeia e os países EFTA/EEE”.

Clima: Parlamento Europeu aprova metas para redução das emissões na UE

- A emissões dos transportes, dos resíduos, dos edifícios e da agricultura
- Metas nacionais vinculativas para que a UE atinga uma redução de 30% nestes setores em 2030, em comparação com 2005
- Incentivos para que os Estados-Membros comecem o quanto antes

Os eurodeputados votaram uma proposta legislativa que visa implementar os compromissos decorrentes do Acordo de Paris sobre o combate às alterações climáticas.

A proposta de regulamento estabelece metas vinculativas para a redução das emissões de gases com efeito de estufa pelos Estados-Membros, englobando os setores não abrangidos pelo regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE-UE), como os transportes, os resíduos, os edifícios e a agricultura. Estes setores representam cerca de 60% das emissões de gases com efeito de estufa da União.

Os objetivos nacionais de redução das emissões foram fixados sobretudo com base no PIB *per capita*, com vista a garantir a equidade, variando entre 0% na Bulgária e -40% no Luxemburgo e na Suécia. Em relação a Portugal, o objetivo de redução foi fixado em -17% em 2030, em comparação com 2005.

De acordo com a proposta da Comissão, 2020 seria o ponto de partida da trajetória de redução das emissões para o período de 2021-2030. O Parlamento Europeu (PE) defende que devem ser criados incentivos para que os países da UE reduzam as emissões logo desde o início do período, propondo, por isso, que o ponto de partida seja 2018.

Para proporcionar previsibilidade a longo prazo, os eurodeputados estabelecem também uma trajetória de redução das emissões a partir de 2031, “*terminando em 2050 num nível de emissões 80% inferior aos níveis de 2005*”.

O PE propõe medidas para recompensar ações precoces (empreendidas antes de 2020) pelos Estados-Membros cujo PIB *per capita* seja inferior à média da UE, permitindo-lhes uma maior flexibilidade na parte mais avançada do processo.

Para ajudar os países da UE a atingirem as suas metas, o texto do PE dá-lhes também a possibilidade de antecipar uma quantidade máxima de 10% da sua dotação anual de emissões referente ao ano seguinte, reduzindo-se essa dotação na mesma proporção.

A proposta emendada foi aprovada em plenário por 534 votos a favor, 88 contra e 56 abstenções, tendo ainda de ser negociada com o Conselho da UE (governos nacionais) para que seja alcançado um acordo final.

Decisão de Trump “é um erro”

No debate realizado esta manhã sobre a decisão do Presidente norte-americano, Donald Trump, de retirar os EUA do Acordo de Paris, o presidente do PE, Antonio Tajani, disse: “*As alterações climáticas são um dos desafios mais prementes que enfrentamos a nível global. Dito de forma simples: a decisão da administração norte-americana é um erro. Devemos trabalhar em conjunto com outras nações do mundo para que os nossos cidadãos possam beneficiar de um planeta mais seguro e mais limpo*”.

O relator do PE sobre esta proposta legislativa, Gerben-Jan Gerbrandy (ALDE, Países Baixos), acrescentou: “*Com esta votação, enviamos um sinal claro a Donald Trump: a Europa está a trabalhar para pôr em prática os compromissos assumidos no Acordo de Paris e a aproveitar as oportunidades criadas pelo crescimento verde*”.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O mundo está a avançar no sentido de uma economia hipocarbónica e o Acordo de Paris adoptado no ano passado assinala a irreversibilidade desta evolução. O objetivo geral do presente regulamento consiste em colocar a União na senda de uma economia hipocarbónica, através do estabelecimento de uma via previsível a longo prazo de redução das emissões de gases com efeito de estufa da União em 80-95 % até 2050, em comparação com 1990.*

A transição para as energias limpas exige mudanças no comportamento dos investidores e incentivos em todo o espectro da ação política. É uma das principais prioridades da União criar uma União da Energia resiliente, capaz de fornecer energia segura, sustentável, competitiva e a preços acessíveis aos seus cidadãos. Alcançar este objetivo requer a continuação da ação climática ambiciosa através do presente regulamento e a realização de progressos em relação aos demais aspetos da União da Energia, estabelecidos na estratégia-quadro para uma União da Energia resiliente dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro.

Pelo exposto, apoio o relatório Jan Gerbrandy”.

José Inácio Faria (PPE) *“Senhor Presidente, Senhor Comissário, o Acordo de Paris prevê que as partes tomem medidas para conservar e reforçar, se necessário, os sumidouros e os reservatórios de gases com efeito estufa, nomeadamente as florestas. A presente proposta é parte integrante da aplicação do compromisso assumido pela União Europeia no Acordo de Paris de reduzir as emissões em toda a economia.*

Caros Colegas, estamos numa altura de grandes incertezas, de incompreensível negação das evidentes alterações climáticas por quem, como é o caso Estados Unidos, mais contribui para as emissões para a atmosfera.

A principal prioridade da União é criar uma união de energia resiliente que privilegie a eficiência energética e forneça energia segura, sustentável, a preços acessíveis aos cidadãos, bem como aplicar políticas de redução de emissões e substituição dos combustíveis fósseis. E essa, caros Colegas, é a nossa prioridade se quisermos liderar na assunção dos compromissos de Paris. Acredito que só através de uma ação climática ambiciosa se poderá contribuir para resgatar a tempo um planeta que seja sustentável à vida.

Gostaria de congratular o Sr. Gerbrandy por este excelente documento de compromisso e dizer que a Europa não pode agora recuar nos compromissos que assumiu em Paris. A Europa tem agora uma oportunidade única para mostrar ao mundo a sua liderança neste domínio”.

Carlos Zorrinho (S&D) *“A União Europeia não pode hesitar no caminho que traçou para liderar o processo de harmonização e combate às alterações climáticas. O relatório hoje em debate reforça o compromisso da União Europeia com as metas do Acordo Paris e ganha uma importância acrescida com a decisão tomada pela Administração americana de retirar os Estados Unidos desse acordo.*

Este regulamento estabelece metas vinculativas de emissão de gases de efeito estufa para os Estados-Membros, englobando os setores da economia não regulamentados pelo RCLE. Esses setores representam quase 60 % das emissões totais na UE em 2014 e a definição de objetivos nacionais foi feita com um processo de equidade.

Esta é uma mudança que proporcionará oportunidades de emprego, crescimento e investimento para a Europa, enquanto mitiga as alterações climáticas e exige mudanças nos comportamentos, nos incentivos às empresas e aos investimentos. É por isso que é fundamental que as opções constantes deste relatório possam ter um amplo apoio neste Parlamento. Fizemos uma opção clara pela liderança na transição para a economia e a sociedade sustentável. Hesitar, no atual contexto global, poderia significar deitar tudo a perder”.

Marisa Matias (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, o facto de Donald Trump ter abandonado o Acordo de Paris é uma má notícia para todos nós, mas, se concordamos com isto, temos de ser coerentes e, por isso, quero aqui deixar um apelo.*

Ainda há poucos dias votámos na comissão ITRE a posição deste Parlamento sobre o

dossiê LULUCF e ganhou o lobby do negócio da floresta. Este primeiro voto que fizemos no Parlamento não põe apenas em causa o Acordo de Paris, como faz recuar a própria legislação europeia em matéria de combate às alterações climáticas.

É por isso que apelo a este Parlamento, à Comissão Europeia e ao Conselho, para que façam a transposição do Acordo Paris como deve ser, sem truques na contabilização das emissões e sem hipocrisia. Não podemos contar apenas as árvores que são plantadas e ignorar aquelas que são cortadas.

Ainda estamos a tempo de emendar a mão. Apelo a este Parlamento, ao Conselho e à Comissão. O LULUCF deve ser um dossiê que transpõe o Acordo de Paris e não que nos faz recuar em matéria de alterações climáticas”.

Economia colaborativa: Parlamento Europeu quer orientações claras da UE

- UE deve adotar uma estratégia clara e equilibrada sobre a economia colaborativa;
- Proteção dos consumidores, direitos dos trabalhadores, obrigações fiscais e concorrência equitativa;
- 17% dos consumidores europeus já utilizaram serviços prestados através de plataformas colaborativas.

A UE deve tirar proveito dos benefícios da economia colaborativa, assegurando ao mesmo tempo uma concorrência equitativa, os direitos dos trabalhadores e o respeito das obrigações fiscais.

Os desafios colocados pela economia colaborativa ou de partilha, como no que se refere ao estabelecimento de condições de concorrência equitativas entre os novos modelos empresariais (incluindo a Uber e a Airbnb) e os setores tradicionais, são analisados num relatório aprovado pelo Parlamento Europeu (PE) por 510 votos a favor, 60 contra e 48 abstenções.

“Embora certos setores da economia colaborativa sejam abrangidos pela regulamentação, nomeadamente ao nível local e nacional, outros setores estão numa zona de incerteza regulamentar, visto que nem sempre se discernem claramente quais as normas aplicáveis da UE, o que causa importantes diferenças entre Estados-Membros devido à regulamentação e à jurisprudência ao nível nacional, regional e local, o que conduz à fragmentação do mercado único”, diz o relatório.

Os eurodeputados querem uma *“estratégia equilibrada, mais abrangente e ambiciosa”* da UE sobre a economia colaborativa, que acabe com a incerteza sentida pelos consumidores, pelas autoridades nacionais e pelos empresários. A comunicação apresentada pela Comissão Europeia em junho do ano passado não é suficientemente clara, lamentam.

Entre as recomendações do PE incluem-se:

- **serviços prestados por particulares e por profissionais:** a UE deve estabelecer critérios eficazes para distinguir entre *“pares”* (indivíduos que prestam serviços a título ocasional) e *“profissionais”*, com um conjunto de princípios e critérios gerais à escala europeia e de limiares nacionais;
- **direitos dos consumidores:** os consumidores devem ter acesso a informações adequadas sobre as regras aplicáveis a cada transação e os direitos associados; o PE insta as plataformas colaborativas a disponibilizarem sistemas eficazes de reclamação e de resolução de litígios;
- **responsabilidade das plataformas:** a Comissão deve clarificar o regime de

responsabilidade das plataformas colaborativas tão rapidamente quanto possível, de modo a promover comportamentos responsáveis e a aumentar a confiança dos utilizadores;

- **direitos dos trabalhadores:** os Estados-Membros e a Comissão devem garantir condições de trabalho equitativas e uma proteção jurídica e social adequada a todos os trabalhadores na economia colaborativa, independentemente do seu estatuto; o PE destaca também a importância de assegurar que os trabalhadores das plataformas beneficiem da portabilidade das notações e das avaliações, *“que constituem o seu valor no mercado digital”*;
- **fiscalidade:** os operadores económicos que forneçam serviços comparáveis devem estar sujeitos a *“obrigações fiscais funcionalmente semelhantes, tanto na economia tradicional, como na economia colaborativa”*; são necessárias soluções inovadoras que melhorem o cumprimento das obrigações fiscais, diz o PE, convidando as plataformas colaborativas a assumirem um papel ativo a este respeito.

O PE insta os Estados-Membros a *“não considerarem que a economia colaborativa constitui uma ameaça para a economia tradicional”, defendendo que esta deve ser regulamentada de uma forma que facilite e promova o seu desenvolvimento e não de forma “restritiva”*. O relatório condena, a este respeito, *“a imposição de regulamentação por parte de algumas autoridades públicas, que visam restringir a oferta de alojamento turístico através da economia colaborativa”*.

Dados

Um Eurobarómetro de 2016 revelou que 17% dos consumidores europeus já utilizaram serviços prestados através da economia colaborativa e que 52% conhecem os serviços existentes.

O alojamento entre pares é o maior setor da economia colaborativa com base no comércio gerado, enquanto o transporte entre pares é o maior em termos de receitas das plataformas, de acordo com dados da Comissão.

Este relatório é a resposta do PE à comunicação *“Uma agenda europeia para a economia colaborativa”*, apresentada pela Comissão em junho de 2016.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“Nos últimos anos tem-se registado um crescimento de modelos empresariais colaborativos que transformaram a forma como os produtos e serviços são prestados em muitos domínios e que colocam várias questões na sua regulação a nível europeu, desde a proteção dos direitos do consumidor ao regime de responsabilidade, ao risco de concorrência desleal e aos impactos nas relações laborais e condições de trabalho no seio do Mercado Interno.*

Apoio o Relatório Danti por considerar emergente regular esta nova realidade que cria novas oportunidades para os consumidores, empresários e cidadãos e fontes de rendimento substanciais para a economia europeia, se for desenvolvida de forma responsável num ambiente regulamentar dinâmico e claro para todos os intervenientes.

Congratulo-me, pois, com a proposta da Comissão Europeia no sentido de eliminar a atual fragmentação, devendo os Estados-Membros reforçar a aplicação da legislação em vigor no que toca à Diretiva dos Serviços e ao acervo comunitário no domínio da proteção de consumidores.

Dado grande parte destas plataformas se encontrar registada fora da EU, será necessário criar maior clareza quanto à proteção dos consumidores em caso de litígio, devendo estas plataformas disponibilizar sistemas eficazes de reclamação e resolução de litígios. Reveste-se de maior importância, de igual modo, proteger os direitos dos trabalhadores nos serviços colaborativos”.

Eurodeputados apelam a uma melhor distribuição geográfica do Plano Juncker

O Parlamento Europeu (PE) aprovou um relatório sobre a aplicação do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), conhecido como Plano Juncker.

O PE faz um balanço da execução do Fundo e enumera os pontos a melhorar na revisão em curso. A distribuição geográfica, os projetos apoiados através do FEIE, a complementaridade com outras fontes de financiamento da UE e a sensibilização para o Fundo são alguns dos temas abordados no relatório, aprovado em plenário por 477 votos a favor, 105 contra e 35 abstenções.

O eurodeputado José Manuel Fernandes é o relator da comissão parlamentar dos Orçamentos sobre a implementação do Plano Juncker, integrando a equipa que está atualmente a negociar com o Conselho da UE a proposta legislativa que estende o FEIE até 2020.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

José Manuel Fernandes (PPE): *“O Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos está a cumprir os objetivos na janela de investimentos e inovação. Está de acordo com o plano traçado na janela das pequenas e médias empresas. Vai mesmo ao de lá das melhores previsões.*

A prova é que já foram mobilizados na União Europeia mais 190.000.000 de euros e foram apoiadas mais de 420.000 pequenas e médias empresas. É desta forma, promovendo o investimento, que conseguimos mais emprego, que conseguimos, em simultâneo, também mais competitividade para a nossa economia, sem nunca esquecer a coesão social, económica e territorial.

No entanto, o Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos não tem a visibilidade que merecia face aos resultados que tem produzido. É necessário melhorar a comunicação, é necessário também melhorar a visibilidade deste Fundo.

A prova do sucesso é que, já hoje, estamos a negociar o alargamento do Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos a 500.000.000 de euros e a sua extensão até 2020. Isto não significa que este fundo, a sua execução e, nomeadamente, a execução por parte de um ator essencial que é o Banco Europeu de Investimento não possam e não devam ser melhorados. Desde logo, conhecendo os projetos que não são pré-selecionados, e aqui há uma atitude que pode ser discriminatória no Direito, mas uma atitude que se encontra no poder do Banco Europeu de Investimento. É importante que se tenha conhecimento, no mínimo, dos projetos que não foram introduzidos no sistema, dos projetos que não foram pré-selecionados.

É também importante e essencial termos uma melhor distribuição geográfica, um melhor equilíbrio geográfico, no que diz respeito aos projetos. Também é importante que haja uma diversificação setorial. Os pequenos projetos não podem ser excluídos deste fundo que exige proatividade dos territórios e aí a execução de plataformas de investimento é essencial para este objetivo, para poderem englobar pequenos projetos.

Também a necessidade de termos plataformas para os projetos transfronteiriços é algo que tem de ser atendido. A união digital é importante, a união da energia é essencial e também desta forma, para além de promovermos o mercado interno, para além de promovermos a interconetividade e a eficiência, estaríamos a contribuir para objetivos de toda a União Europeia.

Este fundo é um fundo adicional, é um fundo também ele complementar, mas é importante e as plataformas são um meio onde tal pode ser concretizado, para que possa ser melhor utilizado, em conjunto com os Fundos Estruturais, os fundos, nomeadamente, da política de coesão. É importante que a adicionalidade seja reforçada e seja respeitada.

É ainda essencial que as regiões menos desenvolvidas e as regiões que estão, por exemplo, em dificuldades possam ter a sua situação económica tida em conta na seleção dos projetos. Por fim, o advisory hub é essencial para promovermos melhores projetos para ajudar a estruturar plataformas de investimento.

Termino, agradecendo a todos os grupos políticos, a todos os relatores-sombra, o trabalho que tem sido executado e, de uma forma especial, ao correlator Udo Bullmann. Temos feito um trabalho no sentido de promovermos o crescimento, de promovermos e melhorarmos a competitividade da União Europeia e de darmos melhor qualidade de vida aos cidadãos. E vamos continuar com este objetivo em mente”.

Carlos Coelho (PPE) *“O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) desempenha um importante papel para o combate ao défice de investimento na Europa. Creio que esta primeira avaliação da implementação é oportuna, depois da decisão de estender a duração do FEIE.*

Recordo que o FEIE deve procurar a adicionalidade, apoiando projetos que não encontram financiamento através de outros instrumentos. Além disso, deve garantir a complementaridade com outras fontes de financiamento europeias, como o H2020 ou o COSME, por exemplo. O Banco Europeu de Investimento tem um papel fundamental na garantia do acesso a financiamento da parte de projetos de menor dimensão ou com risco mais elevado.

Acompanho o entendimento que os procedimentos devem ser mais transparentes e simples, além da necessidade de melhor comunicação das oportunidades de financiamento do FEIE e dos seus resultados. O equilíbrio regional na aplicação do FEIE é, igualmente, fundamental para a boa prossecução dos seus objetivos de coesão.

Defendo que os projetos financiados devem pertencer a vários sectores de atividade económica, evitando a concentração superior a 30% num só sector.

Entendo fundamental acelerar procedimentos de candidatura, análise e aprovação de financiamento, de forma a agilizar a mobilização do FEIE.

Apoio, assim, este relatório”.

Pedro Silva Pereira (S&D): *“O Fundo Europeu de Investimento Estratégicos tem dado, sem dúvida, um contributo positivo para superar o grave défice de investimento que se regista na economia europeia. O grupo socialista que reivindicou este instrumento vê naturalmente com satisfação o progresso feito. Mas, ao fim de ano e meio, tem de reconhecer-se que o Plano Juncker, apesar das recentes melhorias, está ainda muito aquém das necessidades e, sobretudo, foi muito mal distribuído.*

Os dados disponíveis revelam ainda uma elevadíssima concentração geográfica que beneficia as economias mais poderosas e está a agravar ainda mais a divergência no interior da União Europeia. Isso acontece, sobretudo, nos projetos de investimento em infraestruturas e inovação, que concentram quase dois terços do apoio do investimento em três Estados-Membros.

Este é um problema muito sério, que precisa de ser corrigido com a revisão das regras, dos critérios e dos procedimentos. O Plano Juncker só será um projeto verdadeiramente europeu se se transformar num instrumento a favor da convergência na Europa e, para isso, muita coisa ainda vai ter de mudar”.

Miguel Viegas (CEUE/EVN): *“O Fundo Europeu para os Investimentos Estratégicos representa, hoje, o espelho das contradições existentes no seio da União Europeia: uma contradição entre os grandes objetivos proclamados pela Comissão Europeia e pelo Conselho e a falta de meios financeiros para promover a recuperação económica e a coesão territorial. Desta forma, em vez de um amplo plano de investimento público destinado a estimular o investimento privado, avançou-se com este Plano Juncker que não responde aos verdadeiros desafios do presente e do futuro.*

Nada nos move contra o investimento privado. O que criticamos é esta promiscuidade destas parcerias público-privadas onde o privado investe e fica com os lucros, enquanto o público assume os riscos e as perdas eventuais.

Este plano tem pouco mais de um ano de existência. As avaliações disponíveis confirmam as críticas que realizámos, seja na adicionalidade, seja na repartição geográfica automática.

Estamos, portanto, perante uma operação de transferência direta de fundos públicos para o setor privado, sem qualquer controlo democrático e cuja repercussão no défice de investimento permanece por provar. Em Portugal, para além do empréstimo do BEI de 50.000.000 de euros à Câmara de Lisboa, nada temos de palpável no terreno.

Prolongar este plano e alargar o seu âmbito para outras áreas, como a defesa, é reincidir no mesmo erro. O problema não se irá resolver implementando mais uma apertada direção

central nas escolhas do investimento privado. Coloquemos, antes, o nosso conhecimento e a nossa experiência ao serviço de um plano de investimento público, ao serviço da coesão, do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações”.

Presidente Tajani: "Hoje assinala-se o fim das tarifas de roaming na UE"

O presidente do PE, Antonio Tajani, falou na sessão plenária em Estrasburgo sobre a entrada em vigor da lei da UE que acaba com as tarifas de roaming para chamadas telefónicas.

"Estou orgulhoso de dizer que hoje, 15 de junho de 2017, marca o fim das tarifas de roaming na União Europeia. Esta é uma conquista considerável.

Os nossos cidadãos, estudantes, viajantes de negócios e turistas poderão viajar por toda a União, sem incorrer em despesas adicionais para fazer chamadas ou para usar a Internet. Adicionamos mais um elemento fundamental ao edifício do nosso mercado único, à nossa existência como europeus.

Gostaria de agradecer ao Parlamento por ter ganho uma batalha pela qual lutou durante vários anos; Esta Câmara condenou pela primeira vez as taxas excessivas de roaming em 2005.

Desde então, continuamos a luta, garantindo constantes reduções nas tarifas de roaming cobradas. E finalmente conseguimos sua completa abolição com efeito a partir de hoje.

Gostaria de agradecer a todos, pelo nome, que contribuíram para esta conquista extraordinária na última década. Mas a lista seria muito longa. (...)

Agradeço a esta casa a sua determinação e tenacidade por ter mantido esta batalha justificada durante estes anos.

Espero que os Estados-Membros apliquem as regras acordadas de forma séria e diligente.

E peço à Comissão que aplique essas regras, inclusive em caso de derrogações e exceções.

Em nome do Parlamento Europeu, posso confirmar que estaremos vigilantes e garantir que, a partir de hoje, os nossos cidadãos possam realmente beneficiar este passo em frente.

É um avanço mais importante para uma União mais forte e mais próxima dos seus cidadãos".

Ordem do dia 12 a 15 Junho de 2017

► Segunda-feira, 12 de Junho

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Participação da União na Parceria para a Investigação e a Inovação na Região Mediterrânica (PRIMA) - *Relatório: Sofia Sakorafa (A8-0112/2017)*

Avaliação da implementação do programa Horizonte 2020 - *Relatório: Soledad Cabezón Ruiz (A8-0209/2017)*

Discussão conjunta - Política de coesão da UE

Elementos constitutivos de uma política de coesão da UE pós-2020 - *Relatório: Kerstin Westphal (A8-0202/2017)*

Envolvimento crescente dos parceiros e visibilidade do desempenho dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - *Relatório: Daniel Buda (A8-0201/2017)*

Medidas específicas para conceder assistência suplementar aos Estados-Membros afetados por catástrofes naturais - *Relatório: Iskra Mihaylova (A8-0070/2017)*

Estado das unidades populacionais de peixes e situação socioeconómica do setor da pesca no Mediterrâneo - *Relatório: Marco Affronte (A8-0179/2017)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Relação custo-eficácia do 7.º Programa de Investigação - *Relatório: Martina Dlabajová, Inés Ayala Sender (A8-0194/2017)*

Necessidade de uma estratégia da União Europeia para eliminar e prevenir as disparidades de género nas pensões - *Relatório: Constance Le Grip (A8-0197/2017)*

Os casos de apatridia na Ásia do Sul e no Sudeste Asiático - *Relatório: Amjad Bashir (A8-0182/2017)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Terça-feira, 13 de Junho

09:00 - 11:50

Discussão conjunta - Rotulagem energética

A rotulagem da eficiência energética - *Relatório: Dario Tamburrano (A8-0213/2016)*

Indemnização por produtos relacionados com o consumo de energia mal rotulados - *Pergunta oral (O-000049/2017 - B8-0320/2017)*

Reduções anuais obrigatórias das emissões de gases com efeito de estufa para cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris - *Relatório: Gerben-Jan Gerbrandy (A8-0208/2017)*

12:00 - 12:30

Comemoração do 30.º aniversário do programa Erasmus

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Envolvimento crescente dos parceiros e visibilidade do desempenho dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - *Relatório: Daniel Buda (A8-0201/2017)*

Relação custo-eficácia do 7.º Programa de Investigação - *Relatório: Martina Dlabajová, Inés Ayala Sender (A8-0194/2017)*

Os casos de apatridia na Ásia do Sul e no Sudeste Asiático - *Relatório: Amjad Bashir (A8-0182/2017)*

Fusões e cisões transfronteiriças - *Relatório: Enrico Gasbarra (A8-0190/2017)*

Participação da União na Parceria para a Investigação e a Inovação na Região Mediterrânica (PRIMA) - *Relatório: Sofia Sakorafa (A8-0112/2017)*

Medidas específicas para conceder assistência suplementar aos Estados-Membros afetados por catástrofes naturais - *Relatório: Iskra Mihaylova (A8-0070/2017)*

A rotulagem da eficiência energética - *Relatório: Dario Tamburrano (A8-0213/2016)*

Capitais europeias da cultura para os anos de 2020 a 2033 - *Relatório: Santiago Fisas Ayxelà (A8-0061/2017)*

Avaliação da implementação do programa Horizonte 2020 - *Relatório: Soledad Cabezón Ruiz (A8-0209/2017)*

Elementos constitutivos de uma política de coesão da UE pós-2020 - *Relatório: Kerstin Westphal (A8-0202/2017)*

Estado das unidades populacionais de peixes e situação socioeconómica do setor da pesca no Mediterrâneo - *Relatório: Marco Affronte (A8-0179/2017)*

15:00 - 23:00

Documento de reflexão sobre o aprofundamento da UEM até 2025 - *Declaração da Comissão*

Procedimentos de autorização do glifosato - *Pergunta oral (O-000046/2017 - B8-0316/2017)*

Situação na República Democrática do Congo - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

A situação humanitária no Líbano - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Avaliação da aplicação das orientações da UE em matéria de direitos humanos relativas à liberdade de expressão em linha e fora de linha - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Relatório de 2016 relativo à Sérvia - *Relatório: David McAllister (A8-0063/2017)*

Relatório de 2016 relativo ao Kosovo - *Relatório: Ulrike Lunacek (A8-0062/2017)*

► Quarta-feira, 14 de Junho

09:00 - 11:50 DEBATES PRIORITÁRIOS

Preparação do Conselho Europeu de 22 e 23 de junho de 2017 - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Decisão do Presidente Trump de retirar os EUA do Acordo sobre as Alterações Climáticas da COP21 - *Declarações do Conselho e da Comissão*

12:00 - 12:30 Sessão solene

Discurso de Alassane Ouattara, Presidente da República da Costa do Marfim

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Reduções anuais obrigatórias das emissões de gases com efeito de estufa para cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris - *Relatório: Gerben-Jan Gerbrandy (A8-0208/2017)*

Pedido de levantamento da imunidade de Rolandas Paksas - *Relatório: Angel Dzhambazki (A8-0219/2017)*

Pedido de levantamento da imunidade de Mylène Troszczynski - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0218/2017)*

Pedido de levantamento da imunidade de Jean-Marie Le Pen - *Relatório: Evelyn Regner (A8-0217/2017)*

Objeção ao Regulamento Delegado da Comissão que altera o Regulamento Delegado (UE) n.º 639/2014 no que se refere às medidas de controlo relativas ao cultivo do cânhamo e a determinadas disposições relativas aos pagamentos

Necessidade de uma estratégia da União Europeia para eliminar e prevenir as disparidades de género nas pensões - *Relatório: Constance Le Grip (A8-0197/2017)*

Relatório de 2016 relativo à Sérvia - *Relatório: David McAllister (A8-0063/2017)*

Relatório de 2016 relativo ao Kosovo - *Relatório: Ulrike Lunacek (A8-0062/2017)*

Relatório de 2016 sobre a antiga República jugoslava da Macedónia - *Relatório: Ivo Vajgl (A8-0055/2017)*

Situação na República Democrática do Congo

Ponto da situação no que toca à aplicação do Pacto de Sustentabilidade no Bangladeche - *Propostas de resolução*

15:00 - 23:00

A refundação de uma Europa baseada em valores, assente em instituições democráticas eficazes e promovendo uma economia próspera numa sociedade justa e coesa - *Debate sobre temas de atualidade (n.º 153-A do Regimento)*

Seguimento dos Panama Papers e primado do Direito em Malta - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Aplicação do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos - *Relatório: José Manuel Fernandes, Udo Bullmann (A8-0200/2017)*

Investimentos estrangeiros em setores estratégicos (ações da UE) - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Pobreza infantil - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Discussão conjunta - Economia digital

Agenda Europeia para a Economia Colaborativa - *Relatório: Nicola Danti (A8-0195/2017)*

Plataformas em linha e Mercado Único Digital - *Relatório: Henna Virkkunen, Philippe Juvin (A8-0204/2017)*

Fiscalidade dos portos - *Declaração da Comissão*

Estatuto e financiamento dos partidos políticos europeus e das fundações políticas europeias - *Declaração da Comissão*

► Quinta-feira, 15 de Junho**09:00 - 11:50**

Construção de uma estratégia industrial ambiciosa da UE como prioridade estratégica para o crescimento, o emprego e a inovação na Europa - *Pergunta oral (O-000047/2017 - B8-0319/2017)*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

O caso de Afgan Mukhtarli e a situação dos meios de comunicação social no Azerbaijão

O Paquistão, nomeadamente a situação dos defensores dos direitos humanos e a pena de morte

A situação dos direitos humanos na Indonésia

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Marine Le Pen - *Relatório: Sajjad Karim (A8-0223/2017)*

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Aplicação do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos - *Relatório: José Manuel Fernandes, Udo Bullmann (A8-0200/2017)*

Agenda Europeia para a Economia Colaborativa - *Relatório: Nicola Danti (A8-0195/2017)*

Plataformas em linha e Mercado Único Digital - *Relatório: Henna Virkkunen, Philippe Juvin (A8-0204/2017)*

A situação humanitária no Iémen - *Propostas de resolução*

Estatuto e financiamento dos partidos políticos europeus e das fundações políticas europeias - *Propostas de resolução*

15:00 - 16:00 VOTAÇÃO

Interpelações extensas (Artigo 130.º-B do Regimento)